



Aniversário Batalha dos Atoleiros *

Alberto Santos **

Reunimo-nos hoje em Fronteira para assinalar o aniversário da Batalha dos Atoleiros, um episódio maior da nossa história, travado a 6 de abril de 1384, neste chão alentejano, e que permanece como um dos momentos mais intensos da afirmação portuguesa numa das mais importantes crises da nossa continuidade como país: a crise de 1383-1385.

Evocamos, por isso, uma prova decisiva para o nosso futuro coletivo, que não se pode resumir a um mero combate, como muitos que tivemos ao longo da História.

Na verdade, houve momentos na vida de Portugal em que o nosso país teve de mostrar, no terreno e com o sacrifício da vida dos seus, que tinha de lutar para continuar a existir. Que não deixaria perder-se o esforço fundador daqueles que o ergueram. E Atoleiros foi um desses dias capitais da nossa jornada coletiva.

Portugal não nasceu todo de uma só vez. Foi sendo construído em etapas que puserem à prova o nosso desígnio nacional, por gerações que tiveram de afirmar o poder, de organizar o território, consolidar a legitimidade e defender a autonomia do Reino. Ao longo do Século XII, São Mamede, a primeira tarde portuguesa, abriu um caminho político. Zamora deu forma ao reconhecimento do Reino. A bula *Manifestis Probatum* reforçou a legitimidade régia no plano da cristandade ocidental. E, antes disso e depois disso, houve o longo processo da conquista do território aos mouros, com campanhas, cercos, avanços e recuos que foram dando corpo e sentido ao Reino.

Por isso, a independência portuguesa não nasceu do acaso, nem foi uma abstração jurídica suspensa no vazio. Foi uma realidade conquistada a duras penas, continuamente afirmada e territorialmente sustentada. É dessa sequência de coragem, inteligência e perseverança que nasce e se preserva o país que chegou até nós. E que soube resistir às provas mais duras da sua História. Talvez até contrariando muitas das circunstâncias que, ao longo dos séculos, poderiam ter impedido que chegássemos até aqui como país independente.

E é nesse arco largo da nossa História que Atoleiros deve ser compreendida. Aqui, em 1384, o que se jogava no campo de batalha era a continuidade de Portugal como reino autónomo, como vontade política própria, como comunidade capaz de decidir o seu destino. A batalha teve, por isso, um alcance muito superior à sua escala material. João Gouveia Monteiro escreveu que se tratou de um combate de enorme importância política, psicológica e militar, podendo ser considerado precursor - e mesmo antecipação estratégica - da vitória final, em Aljubarrota.

Há, aliás, uma relação profunda entre as duas batalhas. Atoleiros e Aljubarrota pertencem ao mesmo arco de resistência e afirmação nacional.



Foi também aqui que D. Nuno Álvares Pereira entrou definitivamente na História de Portugal. Com apenas vinte e quatro anos, comandando forças muito inferiores em número, demonstrou uma capacidade militar invulgar, associando coragem pessoal, disciplina estratégica e profundo sentido de serviço ao Reino. Em Atoleiros revelou-se o comandante que, no ano seguinte, haveria de conduzir os portugueses à vitória em

Aljubarrota e de se tornar uma das figuras maiores da nossa História. Mas, acima de tudo, afirmou-se como alguém que colocou o destino coletivo acima do interesse próprio, numa das horas mais exigentes da independência nacional.

Aqui, revelou-se uma forma de combate marcada pela disciplina, pela técnica, pelo engenho e pela firmeza de comando; aqui percebeu-se que a superioridade do invasor não bastava para lhe garantir a vitória; aqui desfez-se a ideia da inevitabilidade do domínio castelhano. Atoleiros teve, neste sentido, um significado simbólico e vital que superou a mera vitória militar: foi uma verdadeira vitória moral. Deu confiança ao partido do Mestre de Avis, mostrou que os castelhanos não eram invencíveis e abriu caminho ao desfecho decisivo de 1385.

Ou seja, sem Atoleiros, talvez não houvesse Aljubarrota. E sem a vitória de Aljubarrota, Portugal poderia não ter conservado a sua independência naquela hora decisiva.

Se assim tivesse sido, a continuidade histórica, política e espiritual do Reino - agora República - teria ficado comprometida. Não teríamos tido a mesma liberdade de destino, nem a mesma trajetória própria, muito menos a mesma energia histórica que, mais tarde, havia de conduzir à expansão ultramarina e à epopeia dos Descobrimentos.

E sem essa continuidade portuguesa, sem essa autonomia preservada, não existiria sequer a matéria histórica que Camões haveria de transformar em monumento poético n'Os *Lusíadas*. Nem a língua que legamos ao mundo, a mais falada no hemisfério sul e das mais usadas no mundo. Nem a comunidade de povos e países que nela encontraram uma forma de comunicação, memória e futuro.

Não seríamos o mesmo país com voz própria, soberania própria e destino próprio. Poderíamos ter sido absorvidos pela lógica política peninsular dominada por Castela, perdendo a singularidade histórica que fez de Portugal uma nação distinta e duradoura.

Todos esses valores tornam-se ainda mais expressivos quando olhamos para a História portuguesa como uma história de duração. Portugal é um dos mais antigos Estados da Europa e um dos países europeus com fronteiras mais antigas e estáveis. Essa continuidade excepcional não caiu do céu. Foi sendo defendida em momentos cruciais. Em 1383-1385, como hoje evocamos, salvou-se a independência. Em 1580, perdeu-se a independência dinástica. Em 1640, restaurou-se a Coroa e reabriu-se um ciclo de soberania plena que teve de ser confirmado no campo de batalha. Mais tarde, nas invasões francesas, voltou a ser posta à prova a soberania

do país, no território, nas instituições e na vida concreta das populações.



Tudo isto nos ensina que a independência é uma construção histórica que exige cuidado e atenção, pois, embora hoje vivamos protegidos por alianças e tratados internacionais, nada dispensa a vigilância das nações sobre o que são, o que defendem e o que querem continuar a ser.

Celebrar Atoleiros é, por isso, muito mais do que revisitar uma vitória do passado. É antes perguntar o que significa, em cada tempo, servir Portugal. Naquele abril de 1384, esse serviço tomou a forma do combate, do risco físico, da resistência diante do invasor. Hoje, esse serviço exprime-se de outras formas: no trabalho das instituições, na lealdade ao interesse público, na coesão nacional e no cuidado com a memória coletiva. Está também na forma como preparamos o futuro sem perder a consciência do que recebemos. Está na entrega às novas gerações de um país mais justo, mais coeso e mais consciente do caminho percorrido para chegar até aqui. Está, por isso e igualmente, na transmissão às gerações mais novas da consciência de que um país não vive só do que produz ou do que administra, mas igualmente do que recorda, do que honra e do que decide não esquecer.



É neste ponto que quero deixar uma palavra sentida de reconhecimento ao Município de Fronteira. Porque mantém viva uma memória que pertence a todo o país. E é também por isso que, em representação do Governo de Portugal, aqui me encontro hoje: para me associar aos fronteirenses e a todos os presentes na evocação de um dos momentos decisivos da nossa História.

Fronteira é guardiã desta memória nacional. Ano após ano, esta comunidade honra Atoleiros, conserva-lhe a presença, transmite-lhe o sentido, dá-lhe corpo cívico. E tem o mérito de compreender que esta memória vai para além do concelho e do Alentejo. Pertence a Portugal.

Fê-lo, aliás, também no plano das obras e das instituições, com o Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, inaugurado em 2012, dando a esta memória um lugar de estudo, transmissão e visita. E viu o próprio Estado reconhecer, em 2023, a importância excepcional deste lugar, classificando o Terreiro da Batalha dos Atoleiros como Monumento Nacional. Nessa medida, o que este chão guarda não se esgota numa lembrança local, pois é uma verdadeira paisagem histórica da independência portuguesa.

E o facto de esta evocação coincidir com o feriado municipal exprime isso mesmo com grande simbolismo.

Fronteira inscreve esta memória no coração da sua identidade cívica e, ao fazê-lo, presta um serviço ao país inteiro.

Quero também saudar todos os que tornam esta evocação possível e significativa: as autoridades municipais, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, as forças militares aqui presentes, as entidades civis, as escolas, as associações, os estudiosos, os cidadãos de Fronteira. Mas gostaria de saudar de modo particular as Forças Armadas, cuja presença nestas comemorações, e cujo trabalho de estudo, preservação e transmissão da nossa memória militar, têm sido decisivos para que esta evocação tenha verdade histórica, densidade institucional e dignidade nacional.

Município de Fronteira

642 ANOS COMEMORAÇÕES
DA BATALHA DE ATOLEIROS
06 . ABRIL 2026 - FRONTEIRA

- ❖ 10:00h (HERDADE DOS ATOLEIROS)
- ROMAGEM AO PADRÃO DA BATALHA DE ATOLEIROS
- ❖ 11:15h (AVENIDA HERÓIS DOS ATOLEIROS)
- RECEÇÃO AOS CONVIDADOS
- ❖ 11:30h (AVENIDA HERÓIS DOS ATOLEIROS)
- PARADA DE FORÇAS MILITARES E CIVIS

A memória coletiva só continua viva quando encontra quem a celebre com verdade, a explique com rigor e a entregue ao futuro com sentido de responsabilidade. Uma batalha esquecida torna-se numa ruína muda do nosso passado. Uma batalha lembrada com inteligência cívica continua a falar ao presente e dá sentido de pertença e reconhecimento às novas gerações.

A memória de Atoleiros é inseparável da figura de D. Nuno Álvares Pereira. Mais de seis séculos depois, o seu nome continua ligado à coragem, ao dever e ao serviço de Portugal.

E neste ano em que Portugal continua a assinalar oficialmente os 500 anos do nascimento de Luís de Camões, importa recordar a sua voz. Camões, o grande poeta da língua portuguesa, é também uma das mais altas expressões da consciência histórica do país.

Quando escreve, n’*Os Lusíadas*, “*Esta é a ditosa pátria minha amada*”, entrega-nos uma forma intensa de pertença. É que *pátria*, em Camões, não significa vaidade. É o vínculo, a memória, a fidelidade e o merecimento. Num lugar como este, em que recordamos uma das horas em que Portugal teve de se confirmar a si próprio, esse verso ganha uma gravidade particular.

Atoleiros lembra-nos, pois, que os países se conservam quando, em horas difíceis, ainda que em inferioridade, há quem veja mais longe, quem resista melhor, quem se mantenha firme. Foi assim aqui. Foi assim noutras passagens decisivas da nossa História. E é essa lição que continua a valer. O passado não existe para ser repetido, mas para ser compreendido e para nos ajudar a enfrentar

o nosso próprio tempo. E pede que estejamos, em cada momento, à altura do legado que recebemos.

Para terminar, permitam-me sublinhar que hoje, em Fronteira, honramos uma batalha memorável. Mas, principalmente, honramos uma sucessão de gerações que fizeram Portugal durar e chegar até aqui, cheio de vitalidade e de futuro. Uma nação antiga, livre e que continua a encontrar razões para olhar o futuro com confiança.

Honramos um país que soube afirmar-se, defender a sua independência quando ela esteve ameaçada, restaurá-la quando a perdeu e preservá-la ao longo dos séculos. Honramos o valor da memória quando ela é guardada com sentido de dever. E honramos, também, esta terra, que todos os anos recorda ao país inteiro que houve aqui um dia em que Portugal, ao defender-se, se confirmou.

Assim, honrar Atoleiros é honrar a vontade de Portugal continuar a existir por si próprio, livre nas suas escolhas e fiel à sua identidade. É recordar aqueles que, em momentos decisivos, assumiram a responsabilidade de defender o país. E é compreender que cada geração recebe esse legado apenas por empréstimo, com o dever de o transmitir à seguinte. Muito obrigado.



* Discurso proferido nas comemorações do 642.º aniversário da Batalha dos Atoleiros, a 6 de Abril de 2026.

** Secretário de Estado da Cultura